

A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: PRINCIPAIS PONTOS DE EVOLUÇÃO DESDE A COLONIZAÇÃO

Marielle Maia Fernandes¹
Ana Clara de Oliveira Pinto²
Mariana Ferreira de Souza³
Natani Dutra de Oliveira Romão⁴

Voldanna1@yahoo.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

Esse artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida junto à disciplina optativa Direito e Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, e tem como principal objetivo trazer conhecimento acerca da trajetória feminina na luta para ser inserida na formação educacional brasileira, em busca da formação de uma sociedade igualitária, a partir de um resgate histórico bibliográfico e documental com análise de dados descritiva e qualitativa. Faz-se necessária a presente pesquisa para a compreensão da importância da luta das mulheres no âmbito da educação, uma vez que esta é uma “arma” extremamente potente de controle. Em conclusão, notou-se que da mesma forma que os portugueses se utilizaram da educação para subjugar os indígenas, os homens utilizaram-na para controlar as mulheres. No decorrer das conquistas das mulheres no âmbito da educação, houve a aceleração na igualdade de direitos, provando-se, portanto, a capacidade de controle da educação, principalmente nos graus elementares. Ademais, para conquistarem espaço na educação, foi preciso transpassar pelos períodos: Colonial, Pombalino e Iluminista em que, por diversos eventos, auferiram seus direitos através das ínfimas oportunidades. Contudo, apesar da árdua e longa luta, ecoam-se os preconceitos antigos na contemporaneidade, impedindo a total igualdade material, isto é, a isonomia entre os sexos, o que pode ser desmantelado através da educação desde a infância direcionada tanto aos meninos quanto às meninas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; educação; mulher; história; magistério.

1 INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – ITR. E-mail: mariellemaia.ufrj@gmail.com

² Acadêmica do 10º período do curso de Direito da Faculdade Vértix Trirriense – UNIVÉRTIX - Três Rios/RJ. E-mail: voldanna1@yahoo.com

³ Acadêmica do 8º período do curso de Direito da Faculdade Vértix Trirriense – UNIVÉRTIX - Três Rios/RJ.

⁴ Especialista em direito público pelo gran centro universitário. Pós graduanda em advocacia tributária pela ebradi. Pós graduanda em recuperação de créditos tributários pela ibijus.

O presente artigo busca compreender como a sociedade brasileira se comportou frente às inúmeras mudanças no âmbito educacional, em especial, no período de inserção feminina na área e as adversidades enfrentadas pelos pensamentos limitantes da época que perduram até o século hodierno. Para que seja possível entender como as mulheres conseguiram começar a frequentar as salas de aula no Brasil, é necessário que se tenha conhecimento acerca de como chegaram as primeiras escolas no país.

As primeiras fontes de conhecimento surgiram no século XVI, com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, trouxeram consigo os padres jesuítas, que tinham como principal objetivo catequizar e educar de maneira euro centrada os indígenas, tendo em vista que eram vistos pelos colonizadores como uma sociedade extremamente atrasada (Moacyr, 1936; Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Contudo, tendo em vista o pensamento antigo que naturalizava a subordinação das mulheres perante a sociedade – de acordo com a ideia lusitana – elas estavam completamente excluídas e impossibilitadas de aprender junto aos homens (Moacyr, 1936; Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

A primeira solicitação para o acesso à educação direcionado às mulheres, surgiu de um indígena, que pediu ao Padre Jesuíta Manoel da Nóbrega que repassasse os mesmos ensinamentos de leitura e escrita à sua esposa, uma vez que a população indígena não era praticante dessa segregação de sexos tão presente na cultura europeia. O padre, então, escreveu uma carta para a rainha de Portugal na época, Dona Catarina, que prontamente negou o pedido (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

Todavia, como ponto de partida para a educação feminina, a indígena tupinambá, Madalena Caramuru, considerada a matriarca do Brasil, foi responsável por burlar o sistema e ser a primeira mulher brasileira a aprender a ler e escrever, ficando conhecida pela sua carta que pedia que as crianças negras e indígenas (em sua maioria, escravas) recebessem tratamento digno, chegando a oferecer ajuda em dinheiro para que isso fosse possível (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Este, portanto, fora o pontapé inicial para que fosse possível a ocupação feminina nas instituições de ensino na atualidade. Nessa dissertação, procurar-se-á uma melhor interpretação no

que se refere à trajetória feminina na luta para conquistar os direitos considerados comuns na atualidade, dividindo esse tema em três fases decisivas para a História – Período Colonial, Pombalino e Contemporaneidade - traçando uma linha do tempo explicativa para conscientizar as gerações atuais e futuras acerca da importância da busca por direitos, embora não seja possível reduzir a palavras tamanho desafio enfrentado pelas mulheres, salientando questões econômicas, culturais e sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. 1 A EDUCAÇÃO FEMININA NO PERÍODO COLONIAL

Entende-se que o Período Colonial foi uma época essencial para o desenvolvimento em todas as áreas do Brasil, em especial, a área educacional (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). *A priori*, com a chegada dos portugueses ao Brasil, vieram também os padres jesuítas e franciscanos, como já dito anteriormente. A educação que veio com os portugueses tinha como foco principal catequisar e estabelecer uma colônia de exploração, de maneira rude, vieram para, de certa forma, realizarem uma tentativa de “adestrar” os nativos para que realizassem suas extorsões sem interferência (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

A forma de ensino mais próxima do da contemporaneidade chegou em terras brasileiras no momento em que os portugueses começaram a povoar o país (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Com a chegada da nobreza, a necessidade de educação dos filhos dos recém-chegados aumentou-se de forma progressiva, iniciando-se os estudos de matérias como artes, ciências e matemática, mas ainda assim, voltada apenas para os homens de alta posição na sociedade, conforme Arilda Inês Miranda Ribeiro deixa explícito em:

No século XVI, na própria metrópole não havia escola para as meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, em sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para as mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português? (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007, p. 81).

Em um período em que o letramento praticamente inexistia, educar era basicamente um ato pedagógico coercitivo, durante mais de três séculos as mulheres estiveram a dispor da vontade dos padres e portugueses, partindo sempre da ideia de obediência a todo custo. Enquanto seus irmãos aprendiam leitura, geografia e

matemática, as meninas eram ensinadas a estudar, cozinhar, costurar e, é claro: a obedecer sem questionar (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

Conforme já mencionado, Madalena Caramuru, foi a primeira mulher brasileira a burlar o sistema para aprender a ler e escrever. Filha do português Diogo Álvares Correa com a indígena Moema Paraguaçu, em uma época em que ainda predominava a ideia de *imbecilitus sexus*, categoria que abrangia apenas mulheres e pessoas com doenças mentais, a todo instante foi incentivada, tanto pelo seu pai - português – como por seu marido - também colonizador português – a se envolver em movimentos sociais de luta pelas minorias de sua aldeia. Não se tem muitas informações acerca de seu letramento, tem-se apenas uma carta escrita e enviada no ano de 1561 ao Bispo de Salvador (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

A carta escrita por Madalena tinha um conteúdo de súplica por piedade, lamentando e desejando o fim do sofrimento das crianças negras que chegavam nos navios, vítimas de escravidão e dos piores abusos que se pode imaginar, em suas palavras, desejava que as crianças “que se veem separadas dos pais cativos, sem conhecer a Deus, sem falarem a nossa língua e reduzidas a esqueleto” fossem libertas de tamanho sofrimento, chegando a oferecer dinheiro em troca da liberdade desses pobres inocentes (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

Tendo em vista que a primeira mulher a aprender a ler e escrever foi uma indígena, as primeiras reivindicações pela instrução partiram também desse povo, enquanto os colonos estavam preocupados com os produtos que a nova colônia seria capaz de proporcionar, os indígenas ansiavam por futuras filhas cultas e virtuosas, conforme mostra Primitivo Moacyr:

Naquele tempo, meados do século XVI, pouco se pensava na instrução das meninas. Em todo o caso, dá-se o fato extraordinário de irem ter os índios com o Pe. Manoel de Nóbrega a pedirem-lhe que assim como havia padres para ensinar seus filhos, também desejavam mulheres virtuosas para as filhas (Moacyr, 1936, p. 10).

O Período Colonial ficou marcado, então, por uma educação feminina (apenas na Corte) fora do conhecimento escolar que se imagina atualmente, sua educação era voltada para os afazeres de casa, era criada para ser uma boa esposa, boa dona de casa e boa mãe, ofícios voltados para o casamento e para a vida no lar (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). A única forma de conhecimento permitida era o religioso, que era

utilizado como forma de dominar o corpo e a vida das mulheres. De acordo com Maria Izilda Matos (1997), nos casos em que a mulher atingia idade avançada para estarem solteiras e aparentavam estar longe de um casamento, a família a submetida a conventos.

Foi nos conventos, conhecidos também como recolhimentos, então, que as mulheres tiveram acesso pela primeira vez a outros tipos de conhecimento, embora fosse uma estrutura informal, já que essas instituições lecionavam religião católica, aprendiam também a ler, escrever e realizarem contas de matemática, não ficando mais presas apenas aos dogmas religiosos. Portanto, marca-se o Período Colonial como um período de desmazelo à capacidade feminina de aprendizado, com foco apenas na religião, casamento e o trabalho caseiro que as esperaria pelo resto de suas vidas (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007)..

2. 2 O PERÍODO POMBALINO

O Período Pombalino é conhecido por ser uma fase em que se tem relatos de inúmeras reformas na esfera social, inclusive no âmbito educacional (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). O método jesuíta de ensino durou até o ano 1759, momento em que os missionários foram expulsos do ofício docente da colônia por um evento chamado de Reforma de Pombal, a partir desse momento, a educação ficou como responsabilidade do Estado, que permitiu a inserção de meninas nas escolas (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

Embora tenha levado muitos anos para que se chegasse até essa inserção, ela trouxe consigo a capacidade de formação feminina para lecionar, colaborando para a entrada feminina no magistério, uma vez que havia turmas separadas para meninos e meninas, logo, mulheres deveriam ensinar turmas femininas e homens, masculinas. Vale ressaltar que, mesmo com esse aparente grande avanço, observando com olhos contemporâneos, ainda existia extrema segregação, uma vez que era restrita apenas a mulheres filhas dos grandes barões de café e nobres da sociedade, excluindo o acesso à educação das fazendas distantes e das periferias. Nesse sentido, é válido destacar a fala de Maria Inês Sucupira Stamatto (2013,) “Esta reforma não representou um ensino extensivo a toda população, muito menos às mulheres,

podemos apenas inferir que algumas tentativas pontuais ocorreram ocasionalmente, com sucesso”.

A chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, foi também um grande marco para a história da educação feminina brasileira, como a corte foi transferida para a colônia, os homens começaram a se preocupar com a forma que suas mulheres seriam apresentadas à sociedade (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Com isso, grande parte desses homens começaram a procurar por professoras particulares, para ensinar seus filhos e filhas em casa, e garantir que seus nomes não seriam envergonhados (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Em uma tentativa de universalizar o ensino no país, com o decreto de 1º de março de 1823, surgiram as primeiras escolas de formação de professores, conhecidas como “A Escola Normal do País”, que eram restritas ao sexo masculino (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Além disso, a educação feminina se encontrava cada vez mais precária e inferiorizada, uma vez que meninos e meninas possuíam currículos diferentes, conforme determinava a Lei Geral, que regulamentava as escolas de letras no Brasil (Westin, 2020).

Enquanto a educação masculina exigia saberes de Matemática, Geometria e Ciências, a obrigatoriedade da feminina se encontrava apenas na disciplina “Arte do Lar” (Westin, 2020). Apesar de restrita no que se refere aos saberes das mulheres, a Lei Geral reconhecia o avanço na profissionalização dessa classe tão excluída, para isso, determinou que houvesse igualdade salarial entre professores, desde que aprovados em concursos públicos, o que não tinha tanta utilidade, já que não havia escolas de formação para as meninas, logo, o índice de aprovação em concursos seria mínimo (Westin, 2020). Todavia, a mesma lei (Westin, 2020) também permitia que as províncias pudessem contratar os não aprovados em concurso, desde que ofertassem um pagamento menor, beneficiando então apenas os homens, os únicos a terem acesso à todas as disciplinas cobradas nesses concursos.

Ainda tratando a questão da Lei Geral (Westin, 2020), existia uma série de critérios para que mulheres pudessem se inscrever para concursos, o primeiro deles:

- 1) Deveria ter uma idade já pré-estabelecida,
- 2) Se fosse solteira, deveria ter uma autorização do pai, caso já fosse casada, essa autorização deveria partir do marido,
- 3) As viúvas só poderiam participar desde que apresentassem cópia da certidão de

óbito de seus maridos, 4) As divorciadas, deveriam justificar sua separação, comprovando serem dotadas de conduta honrosa; enquanto isso, aos homens nenhuma exigência era feita, diferença essa que mostra como havia tanto impedimento e preconceito com as mulheres, rechaço esse assegurado por leis.

O processo de feminização do magistério se deu, então, pela ideia de que as mulheres tinham, por natureza, certa inclinação para lidar com crianças, sendo as primeiras e naturais educadoras – trazendo uma referência para a maternidade – o que fazia que elas fossem, indiscutivelmente, as mais preparadas para iniciar a educação dos infantes. Como as mulheres já estavam destinadas à maternidade, o magistério era visto como uma extensão da maternidade. Esse discurso que trazia a ideia de vocação para as mulheres, colaborou para a saída dos homens do magistério, para começarem a se dedicar a outras ocupações e para a legitimação da entrada do sexo feminino na educação. A partir desse momento, o magistério passou a receber características tipicamente femininas, como paciência, afeto, doação, características que se aproximam à religiosidade e atribuem à docência uma ideia mais próxima de sacerdócio do que de uma profissão (Miguel, 2007). Ainda no processo de feminização, o estudioso Lourenço Filho, em 1921, observou:

O magistério primário é, em todos os países, uma função feminina; no Brasil, as últimas cifras publicadas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino. Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público. [...] Formaram-se, em 1881, nove homens e uma mulher; em 1882, nove mulheres e onze homens. [...] Daí por diante, desde 1888, o número de senhoras formandas normalistas foi gradativamente crescendo, a ponto de nos últimos dez anos ser quase o triplo (Filho, 1921 *apud* Louro, 2006, p. 452).

2. 3 UMA NOVA LUZ NO CAMINHO

O século XIX ficou conhecido pelos seus grandes episódios históricos, marcados pelo pensamento iluminista, mais liberal e progressista, que passou a ver as escolas como ambiente de regeneração (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). A partir do ano de 1854, começaram a surgir muitas escolas religiosas, como o Colégio Imaculada Conceição, que tinha como foco a educação de filhas de famílias ricas do Rio de Janeiro, seguindo ainda os ensinamentos à risca da Igreja Católica (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007).

Pouco tempo depois, houve uma grande mudança na educação brasileira: surgiram as primeiras escolas mistas, onde passou a ser permitido que meninos e meninas estudassem na mesma classe (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Além disso, foi liberado também para as mulheres o ofício do magistério, embora perceptivelmente, ainda em condições extremamente desiguais. Nesse sentido, destaca-se uma frase ao mesmo tempo antiga e tão atual de Nísia Floresta, professora autodidata:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher - nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governos, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Floresta, 1989, p. 2).

Para ela, só seria possível um progresso social de uma nação se este viesse acompanhado da emancipação feminina e de seu espaço reservado na sociedade, ou seja, não adiantaria criar leis que permitissem a entrada das mulheres na educação, se não fossem criadas políticas que garantissem sua permanência. Ainda trazendo para o texto palavras de Nísia, em sua obra “Opúsculo Humanitário”, ela afirma que era preciso:

remover obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (Floresta, 1989, p. 44).

Dentre as mulheres que estudavam, podemos encontrar dois subgrupos: mulheres que estudavam para educar seus filhos e mulheres que tinham interesse na carreira profissional (Louro, 1997). As escolas normais, que preparavam as mulheres para a vida de professoras e dirigidas por instituições religiosas possuíam regras rígidas como horário de visita para receberem seus familiares e saída aos domingos mediante médias altas. Apenas no final do século XIX, que a profissão passou a ser vista como algo respeitoso, havendo ainda extrema segregação entre homens e mulheres (Miguel, 2007).

Enquanto mulheres só podiam lecionar em escolas mistas e femininas, os homens só podiam em escolas masculinas. Mais tarde as mulheres passaram a ensinar também em escolas masculinas, mas com algumas condições: não podiam

ocupar cargos superiores, como o de direção e deveriam receber salários menores, com menos chance de subirem na carreira, além de deverem ter idade acima de 25 anos, as que fossem mais novas, poderiam ensinar nas casas de seus pais, desde que esses fossem honrados na sociedade (Louro, 1997; Miguel, 2007).

Atualmente, homens e mulheres podem escolher suas profissões e ocupar as universidades, porém essa conquista se deu apenas em 1879, quando as mulheres conseguiram permissão do governo para ocuparem as universidades (Louro, 1997; Miguel, 2007). Mas como ainda, ocupar esses lugares não era nada fácil, mulheres solteiras deviam apresentar autorização por escrito de seus pais para estudar, já as casadas, de seus maridos, o que contribuiu muito para que o índice de ocupação feminina no Ensino Superior continuasse baixo, tendo em vista o preconceito da sociedade e a falta de cursos profissionalizantes (A História [...], [s.d.]). Apenas na década de 1950, quando aumentou o desenvolvimento industrial, aumentou também a procura por escolas profissionalizantes de Ensino Médio para prepararem as mulheres para o setor de serviços (A História [...], [s.d.]). Até o final do século XX, houve um aumento significativo do número de mulheres no ensino superior, chegando a superar o nível de homens inscritos nos cursos de graduação e com trabalho focado na educação básica: uma grande vitória feminina (A História [...], [s.d.]).

2. 4 MULHERES QUE REVOLUCIONARAM

Percorrido todo o caminho das mulheres na educação, este artigo também tem o objetivo de apresentar mulheres que foram essenciais para a formação educacional brasileira. A primeira que iremos listar é Anália Franco (1853-1919), que viveu durante a transição do Brasil Império para República, se destacou pela sua educação empreendedora, voltando seus olhos para a população discriminada e marginalizada, em uma fase da educação em que a educação era privilégio de poucos no país, começou a dar aulas aos 15 anos e foi responsável por mais de cem instituições em São Paulo, tanto na capital, quanto no interior (20 [...], 2023).

Anália, após passar em um concurso para ser professora, conseguiu transferência para o interior, após a Lei do Ventre Livre, de 1871, onde se impressionou com o número de escravos e decidiu que daria aulas para eles. Em uma tentativa de se estabelecer na zona rural, uma fazendeira ofereceu-lhe uma casa para

servir de escola, com a condição de que não misturasse crianças brancas com negras, ideia que prontamente foi rejeitada pela professora. Insatisfeita com o número de crianças negras, a fazendeira deu um jeito de expulsá-la, Anália pegou todas as crianças e as levou para uma cidade próxima, alugando uma nova casa para ensinar, tornando-se rapidamente um escândalo local (20 [...], 2023).

Antonieta Barros (1901 – 1952), professora, começou a lecionar quando o índice de analfabetismo em seu estado chegava a 65%. Aos 17 anos, fundou um curso particular que tinha como principal objetivo ensinar adultos a ler e escrever, além disso, foi a primeira Deputada Estadual negra do país, e responsável pelo projeto de lei que institucionalizou o dia 15 de outubro como Dia do Professor. O lucro de seu primeiro livro foi doado para uma instituição que abrigava crianças cujos pais estavam internados em um leprosário (20 [...], 2023). Outra figura importante foi Dorina Nowill (1919 – 2010), primeira aluna cega a frequentar o curso regular, liderando a implementação de especialização docente para o ensino de cegos, chegando a ser conhecida como a “Dama da Inclusão), trabalhando ativamente na luta pelo direito de pessoas com deficiência. Em 1947, fundou o Departamento de Educação Especial para Cegos, na Secretaria de Educação em São Paulo. Em 1953, foi uma figura muito importante para que o direito à educação inclusiva fosse garantido por lei, por meio do decreto 2.287/1953 (20 [...], 2023).

Por fim, temos Nísia Floresta (1810 – 1885), figura bastante citada nesse artigo, viveu em um período em que as mulheres não tinham acesso à educação e formação. Estudou em um convento em Pernambuco e, inspirada por ideias iluministas e liberais, reivindicou que as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens, dando enfoque para a exclusão feminina da educação e de cargos públicos, escondendo suas potencialidades. Além disso, chegou a escrever mais de 15 livros e publicou artigos relacionados ao direito das mulheres, fundando, posteriormente, uma escola para meninas (Figueiredo; Lopes; Santos, 2020).

3 METODOLOGIA

Por se tratar de um artigo que visa demonstrar a evolução dos direitos femininos na área da educação no Brasil, analisou-se tanto a lei atinente ao assunto bem como autores que trouxeram o aspecto histórico dos direitos femininos no Brasil. Dessarte,

a pesquisa balizou-se, em sua classificação de materiais, tanto de forma bibliográfica quanto documental com abordagem histórica. A análise de dados delineou-se em formato textual, porquanto, qualitativa, tendo como finalidade a técnica descritiva. Os dados foram colhidos de livros disponíveis na biblioteca virtual da UNIVÉRTIX; Scielo e google acadêmico. Os descritores utilizados foram: mulheres no magistério e mulheres na educação brasileira. A pesquisa traçou pensamentos entre 1900 (para uma perspectiva mais antiga) e 2023 (para uma perspectiva contemporânea), dos respectivos doutrinadores que se debruçaram acerca dos direitos femininos perante à educação brasileira através de uma abordagem histórica (critério de inclusão). Em contrapartida, utilizou-se, enquanto critério de exclusão, pesquisas científicas que não abordaram com profundidade os tópicos supracitados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação no Brasil conteve diversas fases, sendo a primeira o momento em que os portugueses invadiram o Brasil e, na tentativa de subjugar a cultura dos indígenas, utilizaram-se da educação, catequisando-os (Ribeiro, 2000). A segunda fase foi marcada pela chegada da nobreza em que os filhos homens dos recém-chegados iniciavam seus estudos em matérias como artes, ciências e matemática, enquanto as mulheres eram educadas em casa e eram obrigadas a serem submissas aos padres e portugueses (Ribeiro, 2000). No Período Colonial as mulheres da Corte puderam estudar fora de casa, entretanto, sua educação era voltada ao lar. Isto posto, a única forma de conhecimento permitida era o religioso, que era utilizado como forma de dominar o corpo e a vida das mulheres (Matos, 1997). Enquanto isso, as mulheres que não se casavam eram obrigadas a irem ao convento também conhecidos como recolhimentos, em que as mulheres puderam acessar outros tipos de conhecimento como a matemática.

No período Polombiano ocorreram diversas reformas no âmbito educacional, dentre eles a expulsão dos missionários do ofício de docentes da colônia pelo evento chamado: Reforma de Pombal em que o método jesuíta de ensino foi extinto (Veiga; Lopes; Faria Filho, 2007). Anos depois, houve a possibilidade de as mulheres dos altos escalões tornarem-se docentes somente de meninas de famílias nobres (Stamatto, 2013). Em 1808 a chegada da Família Real Portuguesa foi um grande

marco, afinal, os homens, com receio de suas filhas envergonharem suas famílias, buscaram professoras particulares para aprenderem a ler e escrever, mas ainda direcionado ao lar. Em 1823, surgiram as Escolas Normais do País restritas ao sexo masculino através do decreto de 1º de março de 1823, mantendo, então, a educação feminina inferiorizada e precária, uma vez que esta permanecia se resumindo a “Arte do Lar” (Westin, 2020). Apesar de serem consideradas inferiores aos homens, a Lei Geral determinou igualdade salarial entre professores aprovados em concursos públicos, entretanto, por não haver escolas de formação para meninas, o índice de aprovação feminino era mínimo, ademais, havia uma série de requisitos para que pudessem trabalhar, o que não era espelhado nos direitos dos homens (Westin, 2020).

Por fim, no final desse período, as mulheres assumiram, primordialmente, a educação dos infantes, uma vez que isto era considerado uma extensão da maternidade, o que colaborou para a saída dos homens do magistério (Filho, 1921). No século XIX, período iluminista, a educação brasileira mudou, já que por sua vez, surgiram as primeiras escolas mistas em que meninos e meninas poderiam estudar juntos, liberando, inclusive, o ofício do magistério, ainda em condições extremamente desiguais. Portanto, fez-se necessário realizar políticas públicas a fim de proporcionar a igualdade matéria (Floresta, 1989).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, conclui-se que os direitos das mulheres na educação foram progredindo de maneira gradual e tímida, uma vez que eram consideradas inferiores aos homens, sendo subjugadas desde a infância. Para se desvencilharem da discriminação, precisaram conquistar seu espaço no transcorrer dos períodos: Colonial, Pombalino e iluminista. Da mesma maneira que os portugueses se utilizaram da educação para manipular os indígenas excluindo sua cultura, os homens a utilizaram como arma para controlar as mulheres como forma de prevalecer suas vontades em detrimento das delas, sendo estas resumidas à expressão: *imbecilitus sexu*. Isto mudou de maneira gradual na medida que as mulheres dominavam a área educacional, principalmente dos graus elementares, moldando a personalidade dos meninos e meninas. Por conseguinte, ao focar na educação dos graus elementares,

mitiga-se a probabilidade de reprodução dos preconceitos do passado, logo, aproximando a sociedade da igualdade material entre os sexos.

REFERÊNCIAS

20 mulheres que revolucionaram (e ainda revolucionam) a educação. [s.l.], 08 març. 2023. Porvir. Disponível em: <https://porvir.org/20-mulheres-revolucionaram-revolucionam-educacao/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

A História das Mulheres na luta pelo acesso à educação. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://sae.digital/historia-das-mulheres/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FIGUEIREDO, Denise de Lima Santiago; LOPES, Maristela Rodrigues; SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. Nísia Floresta e Maria Firmina: a nacionalidade pela voz de duas precursoras do feminismo. **Contexto-Revista do Programa de PósGraduação em Letras da UFES**, n. 37, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/30151>. Acesso em: 03/07/2023.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. **História das mulheres no Brasil**, v. 2, p. 443-481, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MATOS, Maria Izilda. Outras histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo, Educ, 1997.

MIGUEL, Denise Soares. De rainha do lar à professora. **PerCursos**, v. 4, n. 1, 2007.

MOACYR, P. **A instrução e o império**. São Paulo: Nacional, 1936.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na História: a mulher na escola (1549-1910)**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em: 11/07/2023.

VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Ed. 65. Brasília, 02 març. 2020. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 11/07/2023.